

ANÁLISE RECURSOS

REF.: PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2023

PROCESSO DAAE N° 091 DE 10/01/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS DE PORTARIA NOS PRÓPRIOS DO DAAE, BEM COMO EM OUTROS QUE VENHAM A SURTIR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

GERÊNCIA REQUISITANTE: ADMINISTRAÇÃO

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO – R\$ 896.659,80 (OITOCENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS)

ANALISE SOBRE AS RAZÕES RECURSAIS

RECURSOS:

PROTOCOLO N° 524 DE 01/03/2023 – LICITANTE: KW LIMA SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 20.105.291/001-90

PROTOCOLO N° 525 DE 02/03/2023 – LICITANTE: AGIL EIRELI – CNPJ: 26.427.482/0001-24

CONTRA RAZÕES RECURSAIS:

PROTOCOLO N° 556 E N° 557 DE 06/03/2023 – LICITANTE: E.F.P. PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

A Procuradoria

Vimos pelo presente, remeter o presente expediente para análise e emissão de parecer sobre as razões recursais apresentadas. Antes de adentrarmos nas questões recursais, eis uma síntese dos fatos ocorridos no presente certame.

O Edital foi publicado no dia 09 de fevereiro de 2023 na imprensa oficial¹, estabelecendo como data para realização da sessão pública o dia 23 de fevereiro de 2023 às 10 (dez) horas. No dia 16 de fevereiro de 2023, fora publicado na mesma forma que o Aviso de Licitação, 1º Termo de Rerratificação do Edital que excluiu a exigência da comprovação de Capital Social Mínimo OU Patrimônio Líquido (fls. 125) e manteve a data de abertura.

Para a sessão pública, compareceram ao todo 09 (nove) licitantes e nenhuma proposta fora desclassificada, e das 09 (nove) propostas apresentadas, 05 (cinco) entraram na

¹ Diário Oficial do Estado de São Paulo, Jornal Folha da Cidade, Jornal Folha de São Paulo e no site da Autarquia: www.daaeararaquara.com.br

disputa durante a fase de lances, pois estavam dentro do intervalo previsto artigo 4º inciso VIII² da Lei 10.520. Ao término da fase de lances e depois da negociação a detentora da melhor oferta era a empresa KW LIMA no valor de **R\$ 706.281,64 (Setecentos e Seis mil e Duzentos e Oitenta e Um Reais e Sessenta e Quatro Centavos)**, mas neste Certame ocorreu o empate ficto conforme previsto no artigo³ 44 § 2º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e a licitante E.F.P Prestadora de Serviços que estava nessa condição exerceu seu direito e apresentou como melhor oferta o valor de **R\$ 706.134,93 (Setecentos e Seis mil e Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Noventa e Três Centavos)**. Ao ser aberto o envelope nº 02 – Habilitação, constatou que as declarações exigidas no item 9 sub item V alínea ‘a’⁴ não constavam no envelope e como o Edital prevê que na ausência das declarações poderão ser sanadas por lavratura de próprio punho pelo Representante da Empresa que tenha poderes, foi sanada e a licitante EFP fora declarada **HABILITADA**.

Ao indagar para as licitantes se desejavam na interposição de recurso, 04 (quatro) se manifestaram AGIL EIRELI, METTA FACILIDADES, KW LIMA e VIP ASSESSORIA. Em razão de que algumas razões dependiam da proposta atualizada de preços da Licitante EFP, fora consignado em ata o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação da planilha atualizada de preços que o prazo para apresentação dos recursos dos licitantes que se manifestaram começaria a fluir no primeiro dia útil subsequente ao da apresentação.

O prazo foi cumprido conforme constante nas fls. 489/503. Como o cumprimento desta exigência, foi comunicado as demais licitantes que o prazo recursal começaria a ser contado a partir do **dia 27 de fevereiro** e no mesmo comunicado indicava o local onde a proposta estava disponível para consulta.

Após o início do prazo recursal, apenas 02 (duas) licitantes apresentaram as razões recursais as quais passamos a explicar.

A licitante **KW LIMA** protocolou suas razões no dia 01/03/2023 (fls. 512/517) e nas suas considerações solicita que a licitante EFP Prestadora tenha sua proposta

2 Art. 4 Inc. VIII – no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

3 Art. 44 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte
§2º Na modalidade pregão, o intervalo percentual estabelecido no §1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

4 Declarações: Inexistência de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração, Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e Inexistência de Fato Superveniente.

desclassificada porque a mesma não apresentou a proposta de preços conforme exigido bem como sua inabilitação por não ter apresentado conforme exigido, ferindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, devendo o certame prosseguir em seus ulteriores termos, de modo a resgatar a lisura que deve permear o procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 004/2023 e à futura contratação a ser promovida pelo DAAE.


A licitante **AGIL EIRELI** protocolou suas razões no dia 02/03/2023 (fls. 525/27) e nas suas considerações solicita que a proposta da empresa EFP Prestadora seja desclassificado pois apresentou proposta inexequível, não cotou os salários e encargos obrigatórios por lei e apensou a convenção coletiva (fls. 528/543).

A licitante **E.F.P** protocolou suas contrarrazões no dia 06/03/2023 (fls. 549/557) referente ao recurso da licitante KW LIMA e na sua argumentação menciona que não se deve dar provimento ao recurso tendo em vista que a ausência das declarações fora sanada e não houve omissão na sua planilha de composição de preços e sobre o recurso da licitante AGIL EIRELI, a licitante EFP protocolou suas contrarrazões no mesmo dia (fls. 558/563) e na sua argumentação menciona que não se deve dar provimento ao recurso pois a empresa apresentou corretamente todas as planilhas exigidas e bem como as respectivas composição de preços e encargos.

Informamos ainda que o contrato atual com a empresa que presta os serviços de portaria se encerrará no próximo dia 19/03/2023.

Estes são os fatos que ocorreram no presente processo licitatório e nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente


Andrews Wesley de Oliveira
Unidade de Compras e Licitações
Coordenador - Matr. 1470
07/03/2023

Ao Dr. Mario,



Favor analisar os termos das razões
recursais em processo de licitação.

[Signature]
Maycon Eduardo Roger
Procuradoria Geral
08.03.23

à Procuradoria Geral,

*Segue anexo parecer, op-
nando pelo não provi-
mento dos recursos.*

Mário Augusto Viviani Júnior
OAB/SP nº 185.327
Subprocuradoria de Assuntos
Contenciosos

17.04.23.

*AGSV,
Segue manifestação sobre recursos em
processo de licitação.*

[Signature]
Maycon Eduardo Roger
Procurador Geral
OAB/SP nº 250.501
13.03.23

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROCURADOR GERAL DO DAAE DE ARARAQUARA/SP



Proc. Daae nº 91/2023 (Pregão presencial nº 04/23 – processo principal)

Proc. Daae nº 524/2023 (Recurso administrativo da KW Lima Serviços)

Proc. Daae nº 525/2023 (Recurso administrativo da Agil)

Proc. Daae nº 556/2023 (Contrarrrazões da EFP Prestadora de Serviços ao Recurso da KW Lima Serviços)

Proc. Daae nº 557/2023 (Contrarrrazões da EFP Prestadora de Serviços ao Recurso da Agil)

Objeto: Prestação de serviços de portaria nos próprios da autarquia.

1. Trata-se de dois recursos administrativos manejados por KW Lima Serviços Ltda. e Agil EIRELI contra r. decisão do Sr. Pregoeiro da autarquia que declarou a empresa E.F.P. Prestadora do Serviços vencedora do certame em epígrafe.

2. Em sua irresignação, a primeira recorrente alega, em apertada síntese, que há algumas incongruências nos modelos de planilha apresentados pela vencedora, que ela deixou de anexar no envelope nº 1 referente à proposta a planilha de composição de preços que consubstancia o anexo III, e que ela também deixou de acostar ao envelope nº 2 alusivo à habilitação a declaração do modelo nº 5, violando, desse modo, quanto aos dois últimos pontos aventados, respectivamente, as cláusulas 8ª, item 8.2, alínea c, e 9ª, item 9.1, subitem V, alínea a, ambas do edital do pregão em tela. Seu recurso não vem instruído com qualquer documento.

3. Embasada nessa tese, pede a primeira recorrente ao final, o provimento de seu recurso administrativo, para o fim de desclassificar a vencedora do certame sob foco (fls. 512/517).

4. Por seu lado, a segunda recorrente aduz, em breve resumo, que a recorrida, ao confeccionar sua proposta, não cotou, para alguns postos de trabalho, os reflexos do adicional noturno sobre o descanso semanal remunerado nem a hora noturna reduzida. Sustenta ainda que a recorrida calculou, para todos os postos de trabalho, de forma equivocada, o valor do vale alimentação e da cesta básica e o custo do décimo terceiro e do terço de férias. Por fim, afirma que a recorrida desconsiderou, para todos os postos de trabalho, a coparticipação no sistema de proteção social da categoria, o aviso-prévio indenizado, a incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado, a multa do FGTS, o aviso-prévio trabalhado, multa do FGTS na rescisão sem justa causa, a ausência por doença, a licença-paternidade, as ausências legais, a ausência por acidente de trabalho, a incidência de INSS e FGTS sobre o décimo terceiro, as férias, o terço de férias, o aviso-prévio indenizado, o aviso-prévio trabalhado, a ausência por doença, a licença-paternidade, as ausências legais e a ausência por acidente de trabalho.



O recurso vem acompanhado do termo aditivo à convenção coletiva de trabalho 2023/2023 firmado entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo (número de registro no MET: SP000969/2023).

5. Fincada nesse arrazoado, pede a segunda recorrente, no fim, o provimento de seu recurso, para o fim de desclassificar a recorrida (fls. 522/543).

6. Na sequência, a empresa E.F.P. Prestadora de Serviços Ltda., vencedora do certame, nas contrarrazões ao recurso da KW Lima Serviços, asseverou que juntou ao envelope nº 2 alusivo à habilitação a declaração do modelo nº 5 mediante a confecção de uma declaração lavrada de próprio punho pelo seu representante legal no dia da sessão pública, que a exigência de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação é ilegal, que não cabe à Administração perquirir os custos efetivamente incorridos pelas empresas contratadas, depois de fixado o valor de referência da contratação, e que, enfim, apresentou corretamente todas as planilhas exigidas no edital, rogando, no final, o não provimento do recurso (fls. 550/557).

7. Quanto à irresignação, formulada pela segunda recorrente, a recorrida contestou, dizendo, em resumo, que apresentou corretamente todas as planilhas exigidas no edital, que apenas foram alterados percentuais de encargos de com o seu histórico de ocorrências, que é ilegal a fixação de percentuais mínimos para encargos sociais, que não cabe à Administração perquirir os custos efetivamente incorridos pelas empresas contratadas, depois de fixado o valor de referência da contratação, e, por último, declarou que dará o devido cumprimento a todas as cláusulas contratuais e obrigações, suplicando, no fim, o não provimento do recurso (fls. 558/563).

8. Conforme restará demonstrado no final, os recursos não comportam provimento.

9. Quanto às alegações de existência de incongruências nas planilhas apresentadas pela recorrida, formuladas pelas duas recorrentes, urge destacar que elas não se revestem de uma gravidade contundente que legitime a desclassificação da proposta da vencedora do certame.

10. Isso porque, nos termos da cláusula 8.13 do edital, a apresentação da proposta vincula a licitante ao pleno cumprimento dela e implica a aceitação de todas as condições constantes do edital e seus anexos.

11. Dessa forma, se, por ventura, ela preencheu de forma equivocada sua planilha de composição de custos, terá de, evidentemente, arcar com o respectivo prejuízo, nos exatos termos do que preceitua a cláusula 8.14 do edital. E, caso não cumpra, será devidamente penalizada por seu inadimplemento.

12. Além disso, cabe às recorrentes fazerem prova de que a proposta ofertada pela recorrida é, realmente, inexequível. Porém, na hipótese em testilha, nenhuma delas faz prova desse fato.

13. Acresce-se ainda que a diferença de preços existente entre a quarta colocada e a primeira é de apenas R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), o que, a todas as luzes, demonstra que a proposta oferta pela recorrida, em termos de valores, não destoa, de forma abrupta, das demais constantes do processo.

14. No que concerne à alegação de que a recorrida teria deixado de apresentar no envelope referente à proposta a planilha de composição de preços que consubstancia o anexo III, assiste razão à primeira recorrente.

15. O edital em tela prescreve, em sua cláusula 8.2, alínea c, que ela deve integrar o envelope alusivo à proposta comercial e a recorrida, por seu lado, não a acostou à sua proposta depois de atualiza-la.

16. Entretanto, diante das particularidades do caso em exame, tal exigência por ser relativizada, uma vez que ela, ainda que de forma indireta, foi cumprida pela recorrida.

17. Com efeito, do exame do modelo de planilha de composição de preços que consubstancia o anexo III (vide fls. 14/15), deduz-se claramente que, por meio dela, a autarquia deseja saber o preço unitário mensal e anual da prestação de serviços que está a contratar.

18. Todavia, tais informações podem ser facilmente extraídas das duas outras planilhas acostadas ao processo pela recorrida, quando da atualização de sua proposta. De feito, basta analisar a planilha do anexo II (fl. 491), nela já consta o preço unitário mensal e anual dos serviços. Além do quê, basta somar os valores unitários mensais e anuais dos postos de trabalho constantes da planilha do anexo IV (fls. 492/503), para chegar-se ao preço unitário mensal e anual dos serviços em pauta.

19. Prova irrefutável do acerto dessa conclusão, com o devido acatamento, advém do exame da proposta oferecida pela recorrente KW Lima. De fato,



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal, 380 - CEP 14802-510 - Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9581 - Fax: (16) 3324-4571 - DDG: 0800 775-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67
www.daaeararaquara.com.br



confrontando-se as planilhas do anexo II e do anexo III (fls. 272/274), vê-se que nas duas consta o preço unitário mensal e anual da prestação de serviços em foco.

20. Desse modo, como as informações veiculadas pela planilha do anexo III já constam nas duas outras planilhas apresentadas pela recorrida, visto que está que é de todo desarrazoado desclassificá-la pelo fato de não ter anexado à sua proposta a planilha do anexo III. Seria, a todas as luzes, um excesso de formalismo.

21. Por fim, quanto à alegação da ausência da declaração do modelo nº 5 do envelope referente à habilitação, assiste razão à recorrida, quando afirma que, na espécie, tal exigência foi cumprida.

22. Isso porque, de acordo com a cláusula 9ª, item 9.1, subitem V, alínea a₁, do edital em voga (fl. 83), a ausência das declarações exigidas no item anterior poderá ser sanada por meio da lavratura de uma declaração de próprio punho feita pelo representante legal da empresa interessada.

23. E, no caso em pauta, vê-se que a recorrida valeu-se dessa faculdade, pois, à fl. 460, seu representante legal, Edson Ferreira Pontes, conforme comprova o contrato social de fls. 188/192, firmou a declaração do modelo nº 5 de próprio punho.

24. Ademais, tal declaração já constava do processo sob foco, como se percebe da análise do documento de fl. 184.

25. Diante desse quadro, conclui-se, com tranquilidade, que a recorrida, na realidade, observou tal exigência, não havendo, portanto, de falar-se de sua inabilitação por conta do não atendimento de tal obrigação.

26. Isso posto, pelas razões acima expostas e por tudo mais que consta dos autos do processo licitatório em tela, opina-se pelo recebimento dos recursos administrativos interpostos e, no mérito, pelo seu não provimento, devendo o certame, portanto, prosseguir em seus ulteriores termos.

27. É o parecer.

Araraquara/SP, 13 de março de 2023.

Mário Augusto Viviani Júnior
OAB/SP nº 185.327